

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria - SESI - Departamento Regional da Bahia (“Entidade”) é uma “Entidade” de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e tem por objetivo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País.

O Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, que alterou o regulamento do SESI, estabeleceu que 2/3 (dois terços) da receita líquida da contribuição compulsória fosse vinculada para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional para pessoas de baixa renda. Essa vinculação foi feita de forma escalonada, iniciando em 2009 e atingindo o percentual máximo em 2014.

A “Entidade”, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, a “Entidade” não apura lucro. Portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN nº 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de pagamento, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Além disso, conforme o artigo 46, deste Decreto, incisos I e II, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentos da COFINS.

A contribuição para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social é de 20% da Folha de Pagamento para o FPAS – Fundo da Previdência a Assistência Social, acrescida da GILRAT – Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, conforme o grau de risco dos estabelecimentos matriz e filiais pertencentes à Entidade, observando o percentual (%) de redução ou acréscimo decorrente do FAP apurado para o ano de competência.

Por ter o benefício da imunidade tributária, foi atribuído ao SESI o papel de substituto tributário obrigatório, cabendo-lhes proceder à retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, em relação aos serviços tomados.

1.1 EFEITOS COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo “Coronavírus” (COVID-19). O SESI seguiu todas as medidas para manter a normalidade de suas operações frente ao coronavírus e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

A MP 932/2020 restringiu 50% na contribuição compulsória por 3 meses (maio, junho e julho/2020) trazendo um impacto de R\$ 15 milhões, em relação aos valores orçados.

Um plano de ação para manutenção do caixa da entidade foi elaborado, dos quais destacamos:

- Adoção do trabalho remoto, seguindo orientações governamentais;
- Adoção de atividades de ensino remotas com o uso de tecnologias;
- Suspensão ou cancelamento de investimentos considerados não essenciais;
- Redução da jornada de trabalho encerrada somente na sede em meados de agosto/2020 e para as unidades a redução da jornada ainda permanece conforme demanda de cada área de negócio, sendo que a Lei 14.020 prevê a possibilidade de redução de jornada de trabalho até 31/12/2020;
- Suspensão de contratos de trabalho parcial nas áreas conforme demanda, tanto na sede quanto nas unidades, sendo que a Lei 14.020 prevê a possibilidade de suspensão de contratos de trabalho até 31/12/2020;
- Desmobilização e consolidação de ativos;
- Postergação do recolhimento do INSS (término em 20/11/2020), FGTS (término 07/12/2020) e PIS (término 25/11/2020);

Adicionalmente, para manutenção da Entidade frente à citada projeção de redução de receitas, o Departamento Nacional do SESI publicou Ordem de Serviço Conjunta que estabeleceu, em caráter emergencial, diretrizes e procedimentos para a concessão de auxílio financeiro para operacionalização de planos de contingência. O montante aprovado para o SESI/DR/BA foi de R\$ 4.958 mil, totalmente repassados.

Em 2021, o SESI deu continuidade às ações referentes ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus, com vistas a apoiar a indústria e seus trabalhadores, a exemplo dos projetos com financiamento do Departamento Nacional:

- Projeto Estruturante para Manejo Clínico da Covid-19, com foco na Atenção Primária à Saúde, visando estruturar no SESI/DR-BA soluções para teleatendimento e testagem para COVID-19;
- Projeto Ações Integradas de Prevenção e Proteção em Saúde para o enfrentamento à COVID-19, que tem como objetivo desenvolver estratégias integradas de prevenção e proteção dos trabalhadores, com destaque para aqueles com fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis e com os trabalhadores que tiveram a doença, que possam apoiar o enfrentamento à Covid 19 nas empresas clientes do SESI Bahia.

Além das ações supramencionadas, as escolas SESI, enquanto mantém a oferta do ensino remoto, foram estruturadas para início do ensino híbrido (presencial e remoto) no segundo semestre. Já na área de Saúde e Segurança, destacamos a continuidade das ações do Programa SESI e Indústria Juntos Contra a Covid-19. Criado em março de 2020, durante um ano de atividades, foram atendidos cerca de 1.200 estabelecimentos industriais, beneficiando 90.000 trabalhadores.

Com todas as premissas acima, que consiste num plano robusto para manutenção do caixa e da liquidez corrente de 4,34 em 31/12/2021, evidenciando a sustentabilidade das ações propostas.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da “Entidade” são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e segundo a padronização e peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do SESI.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão, tendo autorizado a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 04 de fevereiro de 2022.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da “Entidade”. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (a) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para contingências.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor principal, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

2.4 Contas a receber

Referem-se a créditos junto a clientes, decorrentes da prestação de serviços, cursos, consultorias, aluguéis e outros. Os valores a receber só consideram encargos

financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos quando considerados recuperáveis.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5 Receitas a receber - arrecadação

Referem-se a valores a receber da arrecadação compulsória das indústrias filiadas. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

2.6 Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7 Depósitos judiciais

Correspondem aos valores depositados em juízo para suportar as discussões relacionadas aos processos trabalhistas, nos quais a “Entidade” configura como ré.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de construção, de aquisição ou custo atribuído (“deemed cost”), deduzido da correspondente depreciação acumulada.

Adoção do custo atribuído

Em 2013, a “Entidade” adotou o custo atribuído como base de valor e efetuou a revisão da vida útil dos principais itens do ativo imobilizado.

Os valores acrescidos ao ativo imobilizado estão demonstrados a seguir:

<u>Itens</u>	<u>Valor</u>
Terrenos	38.432
Edificações	115.398
Instalações	13.915
Total	167.745

O registro do custo atribuído teve como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e será realizado através da depreciação ou baixa dos ativos.

A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. Os terrenos não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados no mês em que são incorporados ao patrimônio. Quando a incorporação ocorre no curso do mês, os cálculos da depreciação são feitos na proporção dos dias em que o Ativo entrou em atividade, conforme as diretrizes dos Pronunciamentos Contábeis sobre a matéria.

As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Edificações	2,58%
Instalações	2,75%
Benfeitorias	3,75%
Máquinas e equipamentos	11,57%
Equipamentos de informática	28,70%
Móveis e utensílios	9,62%
Veículos	20,89%
Outros	9,84%

2.9 Intangível

O intangível está representado por gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.13 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da “Entidade” incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A “Entidade” possui ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A “Entidade” avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no momento do seu reconhecimento inicial, a valor justo. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, departamento nacional – conta movimento, sistema indústria – conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar

os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias ativas/passivas, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos nos resultados pelo regime de competência.

2.14 Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os gastos referentes a convênios e acordos são reconhecidos pelo regime de competência na medida em que os serviços são prestados. Os passivos relativos a convênios e acordos são reconhecidos à medida que recursos são recebidos pela “Entidade” sem que os respectivos serviços aos quais se destinem tenham sido realizados. Após realizados os serviços, os passivos são transferidos para o resultado, a título de receitas de convênios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa	15	61
Bancos conta movimento	1.143	4.238
Aplicações financeiras	204.336	176.481
<u>Sub-Total</u>	<u>205.495</u>	<u>180.780</u>
Bancos conta movimento - convênios e acordos	4	119
Aplicações financeiras - convênios e acordos	4.199	2.337
<u>Sub-Total</u>	<u>4.203</u>	<u>2.456</u>
Total	<u>209.697</u>	<u>183.236</u>

Os recursos de convênios e acordos, são vinculados a aplicação em projetos e convênios, firmados com entidades públicas e privadas. Os rendimentos das aplicações destes recursos são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). No trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras foram remuneradas com taxas entre 96% e 98% (31/12/2020 – 96,5%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os rendimentos das aplicações dos recursos oriundos de convênios são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cientes	24.848	22.051
Subtotal	24.848	22.051
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(12.283)	(12.946)
Total	12.565	9.105

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

5. RECEITAS A RECEBER - ARRECADAÇÃO

As receitas da arrecadação direta, recolhidas diretamente junto às indústrias filiadas, e indireta, repassadas pelo Departamento Nacional, são registradas por estimativa, em regime de competência, tomando por base os valores orçados no mês, ajustando-a no mês subsequente quando do efetivo recebimento, uma vez que não se conhece os valores efetivamente realizados no mês do registro.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Arrecadação direta	7.078	5.461
Arrecadação indireta	5.058	5.285
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação direta	-	-
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	4.861	3.468
Subtotal	16.997	14.214
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(76)	(76)
Total	16.921	14.138

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

6. DEPARTAMENTO NACIONAL - CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo</u>		
Departamento Nacional - outros reembolsos	5.371	4.231
Departamentos Regionais	104	106
Total	<u>5.475</u>	<u>4.337</u>
<u>Passivo</u>		
Departamento Nacional – arrecadação	6.180	5.869
Departamentos Regionais	1	1
Total	<u>6.181</u>	<u>5.870</u>

Esta rubrica refere-se a registros das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma “Entidade”.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	VALOR HISTÓRICO				DEPRECIÇÃO				VALOR LÍQUIDO
	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	BAIXA	SALDO FINAL	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	7.020	356	(750)	6.627	4.146	423	(695)	3.874	2.753
VEÍCULOS	6.721	-	-	6.721	5.757	121	-	5.877	844
EQUIP. MED.ODONTO. E LABORATORIO	7.343	76	(204)	7.215	6.047	231	(202)	6.076	1.138
MOBILIÁRIO EM GERAL	7.992	-	(537)	7.455	4.155	420	(439)	4.136	3.319
BIBLIOTECA	180	-	(163)	17	180	-	(163)	17	-
DISCOTECA FONO FILMO	55	-	-	55	55	0	-	55	-
INSTRUMENTOS MUSICAIS	371	-	(4)	368	349	5	(4)	351	16
EQUIPAMENTO ESPORTIVOS, ARTÍSTICO	1.464	-	(90)	1.374	1.086	58	(87)	1.058	317
EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO	1.188	14	(9)	1.193	582	97	(9)	669	524
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	16.287	2.277	(1.062)	17.503	12.949	1.625	(1.034)	13.540	3.963
PINACOTECA	10	-	-	10	-	-	-	-	10
OUTROS BENS MÓVEIS	352	19	(17)	354	208	22	(16)	214	140
OUTROS BENS (NÃO INVENTARIADO)	1.611	1.033	-	2.644	216	183	-	398	2.246
TERRENOS	41.806	-	-	41.806	-	-	-	-	41.806
PREDIOS	285.269	27.188	(1.141)	311.317	41.800	9.460	(277)	50.982	260.334
INSTALAÇÕES	26.296	888	-	27.184	5.792	736	-	6.528	20.657
BENEFITÓRIAS IMÓVEIS TERCEIROS	6.989	89	-	7.079	3.554	195	-	3.749	3.330
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO a)	38.356	35.276	(27.271)	46.361	-	-	-	-	46.361
DIREITO USO LINHAS TELEFÔNICAS	42	-	-	42	-	-	-	-	42
DIREITO DE USO DE SOFTWARE	2.488	5.571	-	8.059	2.451	18	-	2.469	5.590
MARCAS E PATENTES	10	-	-	10	-	-	-	-	10
	451.854	-	(31.247)	493.395	89.326	-	(2.926)	99.994	393.400
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	12.951	7.367	(13.268)	7.050	-	-	-	-	7.050
	464.805	7.367	(44.515)	500.445	89.326	-	(2.926)	86.400	400.450

a) Refere-se à construção de novas unidades e expansão de unidades já construídas.

8. FORNECEDORES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de materiais e serviços	8.116	9.271
Fornecedores de ativo fixo - processos em andamento (a)	7.001	5.660
Total	<u>15.117</u>	<u>14.931</u>

(a) Referem-se às imobilizações em andamento cujos contratos já estavam formalizados junto aos fornecedores.

9. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Salários a pagar	-	-
Provisões para férias e encargos	7.914	6.615
Provisão para 13º e encargos	-	-
INSS sobre salários	1.375	1.381
INSS retido de terceiros	299	199
FGTS	567	559
PIS	92	86
Provisões para previdência complementar	242	209
Outros	5	5
Total	<u>10.494</u>	<u>9.054</u>

10. FATURAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUTURO

Correspondem aos pagamentos antecipados de clientes por serviços a serem prestados, os quais serão apropriados para a receita de acordo com a competência dos serviços. Em 31 de dezembro de 2021, a “Entidade” possuía obrigações para prestação de serviço futuro no montante de R\$ 7.824 (31/12/2020 - R\$ 7.238).

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos

tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas, ajustadas e atualizadas até a data do balanço para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração da “Entidade”, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais em curso de acordo com o grau de risco de perda e entende que as provisões constituídas, registradas no balanço, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, conforme segue:

	Classificação do Risco de Perda dos Processos			
	Remota	Possível	Provável	Total
Administrativos e cíveis (a)	-	24.715	60	24.775
Trabalhistas (b)	-	2.101	725	2.826
Fiscais (c)	-	45	809	853
Total em 31/12/2021	-	26.860	1.594	28.454
Total em 31/12/2020	-	19.000	3.841	22.842

(a) Referem-se substancialmente a ações indenizatórias em razão de acidente ocorrido na Unidade SESI Valença. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 60 (31/12/2020 - R\$ 1.917).

(b) Referem-se a ações movidas por ex-empregados da “Entidade” e por ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 725 (31/12/2020 - R\$ 1.250) e depósitos judiciais no montante de R\$ 468 (31/12/2020 - R\$ 3.183).

(c) Refere-se basicamente à Execução Fiscal da Prefeitura contra o SESI em razão da cobrança da taxa de limpeza pública, a qual a Administração, com base na opinião

dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante das perdas prováveis estimado em R\$ 809 (31/12/2020 - R\$ 674).

12. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social, líquido das obrigações, é composto pelo histórico dos superávits orçamentários que, somados aos resultados das variações patrimoniais, formam o superávit patrimonial acumulado.

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial abriga o saldo do Custo Atribuído a realizar, em virtude da adoção da mais valia de Imóveis, originado no Teste de Recuperabilidade de Ativos, por ocasião da Adoção às Normas Internacionais de Contabilidade em 2012.

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Social	591.903	544.712
Patrimônio Social Acumulado	431.532	408.365
Superávit do Exercício	47.192	19.626
Ajuste de Avaliação Patrimonial	113.180	116.721

13. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios PREVIND concebido em 1987 para seus empregados, no modelo “benefício definido” vigorou até março/2001, quando foi implantado o novo Plano PLANPREV na modalidade “contribuição definida”. Os participantes do PREVIND que não migraram para o PLANPREV permaneceram contribuindo para o plano.

Atualmente, o PREVIND é um Plano de Benefício Definido que se encontra fechado para entrada de novos participantes, não recebe mais contribuições nem dos participantes nem dos patrocinadores, todos os participantes estão aposentados recebendo benefício de aposentadoria e existem, também, beneficiários de participantes falecidos recebendo pensão por morte.

Os Benefícios pagos pelo PREVIND, são: complementação da aposentadoria por tempo de serviço; complementação da aposentadoria por idade; complementação da aposentadoria por invalidez permanente; complementação da pensão por morte; complementação do auxílio-doença; complementação do auxílio reclusão; auxílio natalidade; auxílio funeral; pecúlio por invalidez; pecúlio por morte e abono anual.

O passivo do Plano de Previdência está no montante de R\$ 19.074 mil, na data base 31/12/2021.

As contribuições ao PLANPREV efetuadas pela “Entidade” até 31 de dezembro de 2021, foram de R\$ 918 (31/12/2020 - R\$ 843), conforme plano de benefícios estabelecido.

A Avaliação Atuarial para os planos PLANPREV e PREVIND, referente à data-base de 31 de dezembro de 2021, foi realizada pela Bemateize HR Innovated., em 31 de janeiro de 2022, apresentando Equilíbrio Técnico.

O Parecer de Avaliação Atuarial do PLANPREV demonstrou o Fundo Previdencial de Resíduo de Resgate, constituído por parcelas do patrocinador não resgatadas pelos participantes que se desligaram do plano, em decorrência do término do vínculo empregatício com a patrocinadora, e que não haviam atingido as condições de elegibilidade para qualquer benefício do plano, optando pelo resgate de suas contribuições. De acordo com o relatório atuarial do exercício de 2021, o referido fundo previdencial apresentou, em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 128.

14. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os bens da “Entidade” estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade do seguro</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil de danos materiais	23/09/21 a 23/09/22	185.968
Equipamentos eletrônicos	23/09/21 a 23/09/22	500
Responsabilidade civil empregador	29/10/21 a 29/10/22	5.000
Responsabilidade civil operações	29/10/21 a 29/10/22	5.000
Alagamento	23/09/21 a 23/09/22	1.000
Danos elétricos	23/09/21 a 23/09/22	300
Fidelidade	23/09/21 a 23/09/22	100
Roubo de bens	23/09/21 a 23/09/22	500
Roubo de valores	23/09/21 a 23/09/22	50
Roubo de valores em mãos de portadores	23/09/21 a 23/09/22	50

Os seguros são contratados pela “Entidade” conforme as respectivas políticas vigentes para gerenciamento de riscos e seguros.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

15. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saúde ocupacional	16.396	13.351
Médicos ambulatoriais	183	125
Odontológicos	6.362	4.479
Serviços educacionais	48.426	47.957
Serviços de saúde diversos	10.023	8.544
Lazer físico-esportivo	1.794	1.010
Lazer social	571	573
Lazer artístico	398	204
Outros	14.463	9.205
Total	<u>98.616</u>	<u>85.448</u>

16. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Recuperação de despesas (a)	3.456	3.381
Multas e juros de mora	192	307
Outras	349	338
Total	<u>3.997</u>	<u>4.026</u>

(a) A recuperação de despesas tem origem, principalmente, no reembolso de material didático, pelos alunos na Rede SESI de Educação.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As políticas de gerenciamento de risco da “Entidade” são estabelecidas de forma a identificar e analisar os riscos relevantes enfrentados pela “Entidade”, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A entidade adota procedimentos para revisão dos riscos a que está exposta, a fim de refletir mudanças no mercado e nas atividades. A “Entidade”, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração da “Entidade” controla o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações por meio de relatórios internos.

Os principais riscos a que a “Entidade” está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o SESI irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do SESI na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do SESI.

O Risco de perda da arrecadação compulsória, componente da liquidez, surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em redução da arrecadação compulsória.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o SESI incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

- Contas a receber e outros recebíveis
A exposição do SESI a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.
- Caixa e equivalentes de caixa

O SESI detinha caixa e equivalentes de caixa na ordem de R\$ 183.236 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 209.697 mil em 31 de dezembro de 2021. Os recursos mantidos em bancos são realizados em instituições financeiras de primeira linha com alta liquidez.

As aplicações financeiras de curto prazo são conservadoras e realizadas, em sua grande maioria, em Certificado de Depósito Bancário - CDB de resgate imediato e sem perdas para o SESI.

São realizadas aplicações em caderneta de poupança, por exigência legal de um determinado convênio ou por motivo de retenção de caução de contrato de prestação de serviço de terceiros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da “Entidade” em 31 de dezembro de 2021 equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A “Entidade” não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

* * * * *

DocuSigned by:
Armando Alberto da Costa Neto
A4DB2A23AFF744B...

DocuSigned by:
Armando
C5AD0531EE3E43E...